

DESPACHO ADMINISTRATIVO

ASSUNTO: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 045/2020.

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, vem por meio deste, apresentar a competente resposta ao pedido de Impugnação protocolado pela empresa ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., conforme documento datado de 24/08/2020. Deste modo, vejamos de forma resumida as razões da impugnação:

a) Velocidade por ponto de instalação. Sustenta a impugnante que a contratação do item 2, prevê a instalação de 2 pontos, porém não especifica a banda para cada ponto.

Resposta COCEL: Avaliando as características indicadas para o item 02, verificamos constar “*Instalado na Companhia Campolarguense de Energia e Almoxarifado da COCEL, Campo Largo, Paraná. (Incluso serviço de instalação e assinatura mensal)*”, quando deveria constar apenas o texto abaixo descrito:

“Instalado na Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, situada na Rua Rui Barbosa, nº 520, Campo Largo, Paraná. (Incluso serviço de instalação e assinatura mensal)”

b) Endereços IP. Sustenta a impugnante que o item 02 – internet, referenciado na página 19, aponta endereçamento IP, porém não especifica a quantidade mencionada para cada ponto.

Resposta COCEL: Verifica-se do Edital de Licitação nº 045/2020, a suficiente e precisa definição do objeto licitado, constituindo regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os

licitantes. Importa registrar que solicitamos **1 (um) link de internet e 32 endereços** para a instalação na sede da COCEL, ou seja, perante a Rua Rui Barbosa, nº 520, Campo Largo, Paraná.

c) Endereços de Instalação. Sustenta a impugnante que não localiza os endereços exatos dos pontos de instalação do item 2.

Resposta COCEL: Conforme mencionado no “*item a*” da presente impugnação, o único local para instalação, corresponde a **Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, situada na Rua Rui Barbosa, nº 520, Campo Largo, Paraná.**

d) Prazo de Instalação. Sustenta a impugnante que o prazo para ativação dos serviços é insuficiente para que as atividades afetas ao fornecimento de equipamentos e/ou componentes, implementação e entrega da solução de rede operante sejam atendidas.

Resposta COCEL: Diante das condições usuais de mercado, o prazo indicado de 30 (trinta) dias para conclusão da implementação do objeto, caracteriza-se razoável e proporcional, não constituindo em cláusula que comprometa, restrinja ou frustre o caráter competitivo do certame.

e) Exigência de documentos (RG e CPF) dos sócios e administradores.

Sustenta a impugnante que a condição disposta nos itens 10.1.1 e 10.2.2 do Edital de Licitação nº 045/2020, geram ônus desnecessários aos licitantes. Postula adequação do item 10.1.1, VII, de forma que a COCEL solicite apenas documento de RG e CPF do responsável pela assinatura do contrato ou dos responsáveis ou de forma alternativa, que tais documentos, visto serem expedidos no país, sejam dispensados de autenticação, pelo custo desnecessário que as licitantes estarão enfrentando apenas para participarem do certame.

Resposta COCEL: A exigência registrada no inciso VII do subitem 10.1.1 não será excluída do edital, mas poderá sofrer atenuação quanto à apresentação dos documentos dos sócios administradores e/ou do(s) sócio(s) responsável(eis) pela assinatura do instrumento contratual. Importa registrar ainda, que a regra de “*impedimento para participar de licitações*”, registrada no art. 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, nunca poderá ser atenuada. Vejamos o disposto:

Art. 7º. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela COCEL a empresa:

- I – cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da COCEL;
- II – suspensa pela COCEL;
- III – declarada inidônea pela União, pelo Distrito Federal ou pelo município de Campo Largo/PR, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV – constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V – cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI – constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII – cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII – que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

No tocante a autenticação de documentos, vejamos o disposto no item 10.2.1:

10.2.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da COCEL, membro da Comissão de Licitação, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

O questionado item 10.2.1 não obriga a apresentação exclusiva de cópia autenticada, pois possibilita a apresentação do documento original ao empregado

da COCEL, membro da Comissão de Licitação, no mesmo sentido que determina a Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Vejamos:

Art. 1º Esta Lei racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude, e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;

III - juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo;

IV - apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público;

V - apresentação de título de eleitor, exceto para votar ou para registrar candidatura;

VI - apresentação de autorização com firma reconhecida para viagem de menor se os pais estiverem presentes no embarque. (grifo nosso)

Deste modo, verifica-se a legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, na regra disposta no item 10.2.1 do Edital de Licitação nº 045/2020.

Campo Largo, 31 de agosto de 2020.

NELSON CHAGAS

Diretor Administrativo